

Relações comerciais do Brasil e da Argentina no MERCOSUL

NÁDIA JACQUELINE COELHO TREMEA

(UEPG) nhtremea@uol.com.br

BRUNA MARIA RODRIGUES CONSOLMAGNO

(UEPG) bruna_consolmagno@hotmail.com

EDUARDA MACHOSKI

(UEPG) eduarda_machoski@hotmail.com

Resumo: O artigo busca analisar as relações comerciais entre o Brasil e a Argentina no âmbito do MERCOSUL, examinando as dificuldades encontradas pelos dois países e as barreiras comerciais existentes. Descreve a formação do MERCOSUL e mostra que, apesar do fluxo comercial entre os países ter aumentado significativamente com a criação do bloco econômico, há uma tendência de reversão do superávit comercial brasileiro com a Argentina e da expansão de investimentos brasileiros diretos no parceiro do MERCOSUL.

Palavras-chave: Balança Comercial. Barreiras Comerciais. Investimento Brasileiro Direto.

Trade relations between Brazil and Argentina in MERCOSUR

Abstract: This paper analyzes the trade relations between Brazil and Argentina in MERCOSUR, examining the difficulties encountered by the two countries and trade barriers. Describes the formation of MERCOSUR and shows that despite the trade flow between countries have increased significantly with the creation of the union, there is a reversal of the trend of trade surplus with the Brazilian and Argentina expansion of Brazilian direct investment partner of the MERCOSUR.

Keywords: Balance of trade. Brazil. Argentina. MERCOSUR.

INTRODUÇÃO

Através do Tratado de Assunção, no ano 1991, ocorreu a criação do bloco econômico, denominado de MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), que visava facilitar a circulação de produtos, bens e serviços entre os países membros, adotando como medidas a redução ou até mesmo a eliminação das taxas de importação e exportação entre eles. O bloco econômico pode se enquadrar na condição de União Aduaneira, pois além de buscar eliminar tarifas alfandegárias entre os países membros, também é regulamentado comércio com as demais nações, através da aplicação uma Tarifa Externa Comum (TEC) às importações.

No entanto, desde o ano de 2011, as relações comerciais entre o Brasil e a Argentina vêm sofrendo percalços. A Argentina tem adotado medidas protecionistas, exigindo licenças de importações de seus parceiros, inclusive os do MERCOSUL, ferindo seriamente os objetivos iniciais do acordo comercial.

O objetivo do artigo é apresentar a configuração do MERCOSUL e discutir as dificuldades nas relações econômicas entre o Brasil e a Argentina, seus maiores membros, considerando o tamanho de suas economias.

Assim, na seção dois será apresentada a formação histórica do bloco, bem como seus países membros e as normas estabelecidas para que haja uma relação harmoniosa e de cooperação mútua entre eles. Além disso, na mesma seção, serão apresentadas as consequências da formação do bloco e como a criação do mesmo afetou o comércio entre os países membros, com ênfase na relação comercial entre o Brasil e a Argentina.

A seção seguinte apresenta os dados sobre as relações comerciais entre o Brasil e MECOSUL e entre o país a Argentina, nos anos de 1995, 2000, 2005, 2010 e 2012. Os períodos foram assim divididos como forma de facilitar a análise.

As conclusões finais sobre o tema são encontradas na seção quatro, identificando a importância do comércio entre Brasil e Argentina e as possíveis tendências das suas relações econômicas.

O MERCOSUL

Criado em março de 1991, o MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – é um bloco econômico regional entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A formação original incluía apenas os quatro primeiros países.

O Paraguai foi suspenso do bloco após a remoção do Presidente Fernando Lugo, em 2012, mas, com as eleições democráticas realizadas em abril de 2013, foi convidado a se reintegrar. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL, em julho de 2012, ocorreu durante a suspensão do Paraguai, fato que seria de difícil concretização, pois o governo paraguaio sempre se mostrou contrário à inclusão venezuelana.

O MERCOSUL é resultado de diversas tentativas de integração regional na forma de zona de livre comércio, caso da ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), criada na década de 1960 e que posteriormente, em 1980, se tornou a ALADI (Associação Latino Americana de Integração), e que continua existindo como bloco econômico. O marco jurídico fundamental do MERCOSUL é o Tratado de Assunção e tem sua concepção baseada no “Regionalismo Aberto” apregoado pela Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, com princípios econômicos integradores assentados no aproveitamento de economias de escala, estímulo ao investimento e nas vantagens da especialização de produção. (BALBÉ e MACHADO, 2008).

Conforme o artigo 1º do Tratado de Assunção (1991), consolidado no Tratado de Ouro Preto, de dezembro de 1994, o MERCOSUL implica na eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias no comércio entre os países membros, na adoção de uma Tarifa Externa Comum (TEC), na coordenação de políticas macroeconômicas, no livre comércio de serviços, na livre circulação de mão-de-obra e na livre circulação de capitais.

Apenas após o quarto ano de sua existência o MERCOSUL, em janeiro de 1995, alcançou a condição de União Aduaneira, pois além de eliminar internamente as barreiras tarifárias e restrições não tarifárias, adotou uma Tarifa Externa Comum (TEC) o que significa que, quando uma mercadoria for importada de países não membros, os países membros devem cobrar a mesma tarifa para o produto.

Para isto, os países membros estabeleceram uma tarifa zero para o comércio interno e tarifas iguais para o intercâmbio comercial com terceiros países – condição necessária para uma união aduaneira ser estabelecida.

Cabe lembrar que não são todos os produtos de origem no MERCOSUL que circulam com alíquota zero ou todos importados de países terceiros que façam parte da TEC, há as listas de adequações (ou exceções), que permitem que cada membro adote temporariamente, de acordo com os seus interesses de política comercial e econômica, tarifas diferentes dos demais para produtos selecionados.

De acordo Balbé e Machado (2008), o MERCOSUL surgiu como “opção à marginalização crescente da América Latina no sistema econômico mundial”, pois, antes da sua criação, a América Latina encontrava-se impregnada de proteções comerciais e já nos primeiros anos após a sua concretização, o bloco incrementou significativamente o comércio entre seus membros.

As duas maiores consequências advindas de uma integração econômica são a criação e o desvio de comércio. Esses conceitos foram enunciados primeiramente por Viner (1950), sendo que ele defende a criação de comércio como um fator positivo e o desvio de comércio como um fator negativo. A partir de então, vários estudiosos procuram medir os dois conceitos, a fim de afirmar se a criação de uma integração econômica é favorável ou não.

A criação de comércio ocorre quando parte da produção interna de um dos países membros da união aduaneira é substituída por importações de custo inferior, já que as tarifas de importações intraregionais são zeradas, de outro país membro. Já o desvio de comércio ocorre quando as importações de custo inferior dos países não membros da união aduaneira são substituídas por importações de um custo mais elevado, porém de um país membro da união. Segundo Nonnenberg e Medonça (1999, p. 1):

No primeiro caso, há aumento de bem-estar na medida em que é trocado um produtor menos eficiente — doméstico — por um mais eficiente. No segundo caso, há perda de bem-estar pois a troca foi de um produtor mais eficiente por um menos eficiente.

Porém, conforme Balbé e Machado (2008), a mesma integração econômica que causa o desvio de comércio pode ser benéfica, uma vez que causa uma melhora nos termos de troca ao reduzir sua demanda de importações e sua oferta de exportações. Ao mesmo tempo, com a criação de comércio surgem efeitos benéficos aos países membros da união aduaneira, tais como o estímulo aos investimentos e à melhor utilização dos recursos econômicos, as economias de escala e, principalmente, o aumento da concorrência.

Durante os quinze anos primeiros anos de construção do MERCOSUL, os fluxos comerciais dos quatro países membros entre si e com o restante do mundo aumentaram de maneira expressiva. Entre os anos de 1990 e 1998, por exemplo, as exportações entre os membros aumentaram cinco vezes. Porém, no Uruguai e no Paraguai esses resultados acabaram se neutralizando pelo também aumento das importações. Portanto, pode-se perceber que, mesmo com o aumento dos fluxos comerciais entre os países membros do MERCOSUL, a integração entre suas economias ainda é baixa (BALBÉ; MACHADO, 2008).

O Brasil e a Argentina são considerados os maiores sócios do MERCOSUL. No ano de 2005, por exemplo, aproximadamente 8% a 16% das importações desses países foram absorvidas no comércio entre as regiões, ou seja, um mercado mais amplo. No entanto, quando se estuda o caso do Paraguai e do Uruguai, nota-se que o mercado do MERCOSUL absorve entre 16% a 26% do total exportado (BALBÉ; MACHADO, 2008).

Isto ocorreu porque o Brasil e a Argentina são as maiores economias, as mais diversificadas e com maiores possibilidades de integração industrial. Diferentemente do que se verificou na experiência do Mercado Comum Europeu, atual União Europeia, quando os países menores e mais abertos economicamente foram os mais se beneficiaram em termos da expansão do comércio com a união aduaneira. Tal situação fornece uma dimensão da dificuldade para se impulsionar o desenvolvimento por meio do comércio em países pouco industrializados, nos quais as exportações são bastante concentradas em commodities agrícolas (PINTO, 2001).

O autor Pinto (2001, p.86) ressalta ainda:

Esse fato vai ao encontro da teoria da integração econômica, segundo a qual o "país pequeno" tende a se beneficiar mais do que o "país grande". No caso em questão, o impacto dos multiplicadores de renda da Argentina, e do Uruguai sobre a renda brasileira são obviamente muito menores do que no caso inverso, em que as importações brasileiras produzem uma expansão na renda daqueles países. A exceção à regra está, justamente, no desempenho do Paraguai. Aqui, não há dúvida de que se apresenta um daqueles casos típicos das economias mais pobres e atrasadas, cuja renda não consegue convergir para a economia mundial ou, pior do que isso, para a taxa de crescimento de seus "parceiros naturais".

Os autores Carvalho e Lima (2010) também evidenciam a grande importância do Brasil e da Argentina. De acordo com Plá (1992) apud Carvalho e Lima (2010), o comércio entre essas duas regiões passou por uma importante expansão nos anos de 1970. No início da década os dois países possuíam um fluxo comercial total de US\$334 milhões alcançando, na década de 1980, o montante de US\$1,84 bilhões. O autor ressalta ainda o fato dos países terem adotado, nos primeiros anos da década de 1980, medidas conhecidas como "Programas de Ajustamento" devido à crise financeira internacional. A consequência da adoção desses programas foi uma significativa redução no comércio bilateral. Para reverter esse quadro, o Brasil e a Argentina, no ano de 1986, celebraram acordos de integração para fortalecer o comércio entre os dois países. No ano de 1989, ocorreu a volta ao nível comercial do início da década e a expansão comercial.

Para Hildalgo e Feistel (2007 apud CARVALHO; LIMA, 2010), o processo de liberalização no Brasil, juntamente com a integração econômica ocorrida na participação no MERCOSUL redefiniram a questão regional brasileira. Devido a grande extensão do território brasileiro e a enorme diversidade existente no país, cada região ou estado possui suas próprias relações comerciais com os países membro do MERCOSUL e isso acarreta efeitos distintos nos setores produtivos de cada região.

Para exemplificar numericamente a situação, Carvalho e Lima (2010) analisaram as relações comerciais do nordeste brasileiro com a Argentina. Entre os anos 2000 e 2008, as exportações nordestinas que eram destinadas a Argentina tiveram um aumento de 226% acompanhado de uma melhora nas importações de 69%. O fluxo comercial total entre essas duas regiões aumentou em 119%, atingindo aproximadamente US\$ 3 bilhões.

A desvalorização do Real, em 1999, com a alteração no regime cambial brasileiro e a recessão econômica ocorrida no Brasil e na Argentina fez com que aquele ano fosse crítico para a união do MERCOSUL, devido à divergência de políticas dos países membros. A desvalorização da moeda brasileira propiciou desequilíbrios comerciais entre o Brasil e os demais países membros do bloco econômico. Muitos desses países acreditaram que os produtos brasileiros invadiriam completamente seus mercados, adotando

assim medidas salvaguardadas ao comércio intrazona (SILVA et al., 2006).

Entre 1990 e 1994, constata-se uma evolução entre o comércio inter e intra-industrial entre a Argentina e o Brasil. Tanto o comércio inter-indústria quanto o comércio intra-indústria apresentaram tendência de crescimento, com o comércio inter-indústria registrando uma tendência de crescimento maior que a apresentada pelo comércio intra-indústria. Porém, no ano de 1995, esse padrão foi invertido, o comércio intra-indústria apresentou valores maiores aos do comércio inter-indústria. Esses resultados demonstram que o intercâmbio bilateral entre a Argentina e o Brasil foi favorecido com a formação do bloco e a eliminação de barreiras comerciais (SILVA et al., 2006).

ANÁLISE DOS DADOS DO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

Nos anos posteriores à implementação do MERCOSUL aumentaram significativamente os fluxos comerciais entre os países membros e o resto do mundo. Este fato pode ser percebido, por exemplo, ao se analisar a balança comercial brasileira das últimas duas décadas.

Em relação às exportações brasileiras, estas passaram de US\$ 31 bilhões no começo da década de 1990 para mais de US\$ 240 bilhões no final de 2012. No caso das importações, pode-se notar a mesma evolução: de US\$ 20 bilhões no começo dos anos 1990 para mais de US\$ 220 bilhões no ano de 2012.

Analisando a relação comercial brasileira com o MERCOSUL, pode-se perceber que a balança comercial entre o país e o bloco econômico acompanhou o mesmo desempenho citado anteriormente. A Tabela 1 mostra os dados coletados, pode-se notar que, a partir da criação do MERCOSUL, no começo dos anos 1990, as exportações entre o Brasil e o bloco econômico ultrapassaram de US\$1 bilhão e atingiram mais de US\$22 bilhões no ano de 2012. Através dos dados contidos na Tabela, observa-se que o crescimento das exportações foi contínuo, havendo um grande salto no ano de 2005, quando passou de US\$11 bilhões para US\$22 bilhões em 2010, pode-se constatar que as exportações dobraram em cinco anos.

A importação entre o Brasil e os países membros também registrou um grande aumento entre os anos de 1990 a 2012. Em 1990 o saldo de importação apresentado foi de aproximadamente US\$2 bilhões, já no ano de 2012 o resultado registrado foi de US\$19 bilhões. Um fato importante a se destacar é o saldo da balança comercial, os anos de 1990, 1995 e 2000 apresentaram um déficit na balança comercial, já nos anos 2005, 2010 e 2012 houve um superávit comercial.

Ano	TOTAIS GERAIS			MERCOSUL		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1990	31.413.756	20.661.362	10.752.394	1.320.245	2.311.827	-991.582
1995	46.506.282	49.971.896	-3.465.614	6.153.768	6.843.924	-690.156
2000	55.118.920	55.850.663	-731.743	7.739.599	7.796.209	-56.610
2005	118.529.185	73.600.376	44.928.809	11.746.012	7.053.699	4.692.313
2010	201.915.285	181.768.427	20.146.858	22.601.501	16.620.152	5.981.349
2012	242.579.776	223.158.455	19.421.321	22.801.529	19.250.632	3.550.897

Tabela 1- Exportações e Importações totais do Brasil e do Brasil com o MERCOSUL - em milhares de dólares

Fonte: Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Através dos dados coletados referentes à balança comercial entre Brasil e MERCOSUL, fez-se possível calcular a participação do bloco nas exportações e importações brasileiras. A Figura 1 mostra os resultados obtidos.

As exportações brasileiras que foram destinadas ao MERCOSUL passaram de 4,20% no ano de 1995 para 9,40% no ano de 2012.

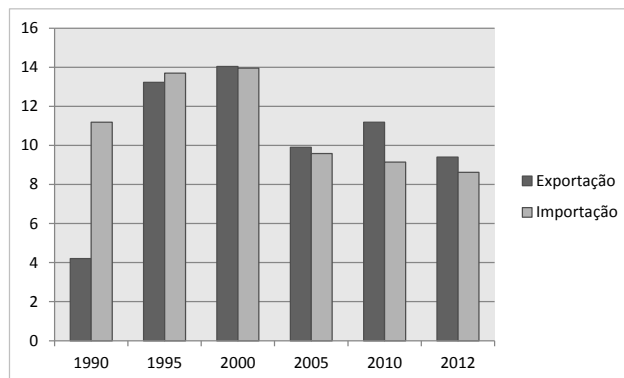


Figura 1 - Participação do MERCOSUL nas exportações e importações brasileiras (%)

Fonte: dados originais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, trabalhados pelos pesquisadores

Durante o período estudado, foi no ano de 2000, que as exportações para os países membros do bloco apresentaram o maior resultado, de 14,04%. Também as importações do MERCOSUL para o país apresentaram seu auge no ano de 2000, finalizando com um total de 13,96% do total das importações do bloco. No ano de ano de 2012 as importações apresentaram uma queda, finalizando o ano que o percentual de 8,63% do total vendido.

A Tabela 2 mostra um menor valor das exportações brasileiras para a Argentina no ano de 2012, com a consequente diminuição do saldo comercial, devido à diminuição das exportações brasileiras e do aumento das importações originárias da Argentina. Isto ocorreu porque foram colocadas fortes barreiras comerciais por parte da Argentina, como a necessidade de licença prévia para importações, que são demoradas e travam o livre comércio.

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1990	645.140	1.399.720	-754.580
1995	4.041.136	5.591.393	-1.550.257
2000	6.237.684	6.843.232	-605.548
2005	9.930.153	6.241.110	3.689.043
2010	18.522.521	14.434.594	4.087.927
2012	17.997.706	16.444.142	1.553.564

Tabela 2 - Exportações do Brasil com destino para a Argentina e Importações do Brasil com origem na Argentina – em milhares de dólares

Fonte: dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A Tabela 2 mostra um menor valor das exportações brasileiras para a Argentina no ano de 2012, com a consequente diminuição do saldo comercial, devido à diminuição das exportações brasileiras e do aumento das importações originárias da Argentina. Isto ocorreu porque foram colocadas fortes barreiras comerciais por parte da Argentina, como a necessidade de licença prévia para importações, que são demoradas e travam o livre comércio.

O fato que é preocupante porque, desta forma, a Argentina deixa de ser um importante contribuinte para o superávit comercial brasileiro.

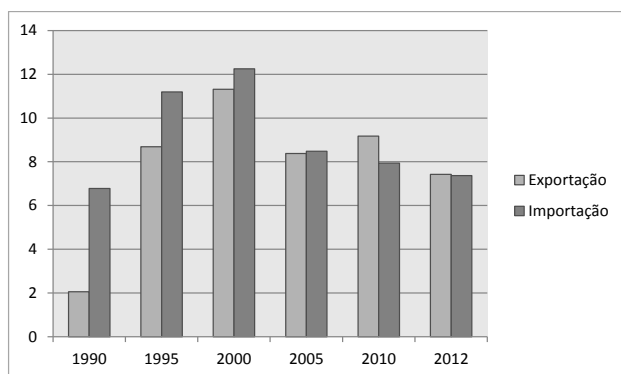


Figura 2 - Participação da Argentina nas exportações e importações brasileiras (%)

Fonte: dados originais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, trabalhados pelos pesquisadores

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2013) nos três primeiros meses de 2013, o déficit comercial brasileiro com a Argentina atingiu o patamar de US\$82 milhões, no mesmo período de 2012 havia um superávit de US\$968 milhões.

O vice-presidente da Associação do Comércio Exterior do Brasil, Mauro Laviola, apud Comexblog.com.br (2013), afirma que China teve suas importações aumentadas para a Argentina, em detrimento do Brasil, que mesmo se beneficiando das isenções tarifárias, não consegue concorrer em preços com o gigante asiático.

Com a queda nos valores exportados houve uma diminuição na participação da Argentina como destino das

exportações brasileiras. As relações comerciais entre o Brasil e a Argentina estão cada vez mais conflitantes devido a limitações de importações impostas pela Argentina. Muitos acontecimentos retrataram esse fato, como por exemplo, entraves burocráticos e as barreiras comerciais impostas para a importação de calçado brasileiro.

Na cidade de Franca, que é conhecida mundialmente como uma grande produtora de calçados, José Carlos Brigagão, presidente do Sindifranca (Sindicato da Indústria de Calçados de Franca), revela que em alguns tratados comerciais, como ocorre na Argentina, os acordos comerciais existentes não são respeitados. Em algumas situações a liberação dos lotes de produtos que serão exportados para a Argentina leva até 300 dias (SASTRE, 2012).

O gerente de exportação da Democrata Calçado, Anderson Melo, confirma que as barreiras comerciais estão se tornando frequentes, e a cada dia elas tendem a aumentar. Segundo o gerente, as empresas brasileiras estão encontrando grandes dificuldades para introduzir seus produtos. Melo diz ainda que é necessário o governo atue mais fortemente no MERCOSUL, para que de fato ele favoreça os países membros (SASTRE, 2012).

No entanto, para Pimentel (2013), mesmo com a existência de dificuldades administrativas para exportadores brasileiros, é importante notar que a maior parte da queda das vendas brasileiras para a Argentina está associada à instabilidade econômica que o país vizinho está enfrentando e pelo efeito do preço de alguns produtos que o Brasil exporta e que apresentaram quedas significativas no nível de preços, trazendo menor nível de divisas, assim, são motivos que estão ligados à situação econômica do próprio país, a Argentina, e do mundo.

Outro problema comercial com a Argentina são as políticas econômicas adotadas no país. Para Freitas (2013), não obstante os exportadores terem que enfrentar barreiras para exportar seus produtos ao país vizinho, as empresas brasileiras, que se estabeleceram ali, sofrem com as medidas adotadas pela presidente Cristina Kirchner.

Entre os problemas enfrentados pelos mais diversos setores de atividade econômica de multinacionais brasileiras (que vai desde a mineração até alimentos), pode-se destacar a alta inflação, a elevação dos custos de produção, a defasagem cambial, redução no comércio exterior e também o desaquecimento da economia do país agravado pela crise internacional, que diminui assim o consumo interno (FREITAS, 2013).

No caso do comércio bilateral de carnes, leite e pescados, Zafalon (2013) usando dados do governo argentino, afirma que as exportações brasileiras para a Argentina, nos três primeiros meses de 2013, foram 22% menores em relação a igual período de 2012. Dados do governo brasileiro, segundo o autor, indicam que nos casos específicos do frango, houve 78% de queda de exportações e de 32% na carne suína, dois setores que abrigam milhares de pequenos produtores rurais no Brasil.

Há, ainda, situações que envolvem o setor automobilístico e que tendem a se agravar com o fim do Acordo Automotivo com a Argentina em 2014, segundo o Sindipeças, citado por Frias (2013), em 2012 houve uma queda de 12% nas exportações brasileiras do setor de autopeças para a Argentina, o que é bastante significativo tendo em vista que o País responde por 36% do seu mercado de exportação.

Os problemas com a Argentina ultrapassam o comércio exterior e envolvem também os investimentos diretos brasileiros no parceiro do MERCOSUL. Em março de 2013, a Vale decidiu cancelar um projeto de exploração de Potássio na Argentina, que além de causar um maior desconforto entre o governo brasileiro e argentino, colocou um fim ao maior atalho do Brasil para conseguir acesso a grandes reservas do mineral, que é usado na produção de fertilizantes. Na importação do potássio o Brasil é dependente do Canadá, Rússia e Belarus, já que 80% do total de potássio importado tem origem nesses países. O Brasil compra do exterior 90% do potássio que necessita. Com o projeto da Vale na Argentina, a partir de 2015, o país conseguiria facilitar o acesso de sua produção em 4,3 milhões de toneladas por ano (AGOSTINI, 2013).

O projeto estava orçado em US\$6 bilhões, e seria o maior empreendimento privado da Argentina, mesmo já havendo gasto aproximadamente US\$1 bilhão. A imprensa internacional divulgou que para a Vale continuasse no país ela pedia isenção de tributos e ajuste cambial. A decisão afetou também outras empresas brasileiras que estavam envolvidas nas obras, como a Camargo Corrêa e a Odebrecht (FREITAS, 2013).

Na Argentina há também, em 2013, um grande controle de preços, a BRF (Brasil Foods), por exemplo, teve seus custos de produção aumentados, porém, só pode repassar parte desse aumento aos consumidores. Outras indústrias de alimentos tem sofrido com tal medida, a JBS Friboi, a maior processadora de carne bovina no mundo, que possuía cinco frigoríficos no país, em 2013 manteve apenas um, a empresa está produzindo somente alimentos processados voltados para o mercado interno, quando a intenção ao procurar a Argentina era de construir uma plataforma exportadora (FREITAS, 2013).

As margens de lucro da Petrobras também são pequenas no país, devido ao controle do preço dos combustíveis. Em 2012, uma refinaria foi vendida, e já está sendo negociada, em 2013, metade dos ativos que sustentam o país (FREITAS, 2013).

Novas medidas foram adotadas no setor do câmbio argentino pela presidenta Cristina Kirchner, tais como elevação das taxas de juros para gastos com cartão de crédito no exterior e outros elementos do setor de turismo, como pacotes de viagem. No final de 2011, quando o governo argentino implantou o controle da taxa de câmbio, o dólar recebeu diversas denominações e cotações no país. O dólar comercializado no mercado paralelo ficou conhecido como “dólar blue”, para os que viajam é o “dólar turista”, o dólar

comercializado na bolsa de comércio é o dólar bolsa e por fim, o dólar oficial. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

A moeda americana é bastante utilizada na compra e venda de imóveis – setor que apresentou grande queda desde o início do controle cambial. O real, moeda brasileira, também possui duas cotações na Argentina. A cotação oficial está em aproximadamente dois pesos, enquanto a paralela, dependendo do dia, pode até superar quatro pesos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do MERCOSUL é resultado de antigas aspirações de integração dos países latino americanos, no entanto, a diversidade de tamanhos e de características econômicas entre os seus membros tornou mais relevante o comércio entre o Brasil e a Argentina.

Com a eliminação das barreiras tarifárias a Argentina passou a ser, ao longo do Século XXI, uma importante fonte de superávit comercial para o Brasil, situação que tende a se reverter a partir das imposições de barreiras comerciais, por parte da Argentina, em relação aos seus parceiros.

Algumas multinacionais brasileiras também encontraram no país vizinho a possibilidade de ampliação de produção e de lucros, no entanto, a exagerada intervenção governamental na economia é fator de desestímulo a novos investimentos.

Interessa ao Brasil a continuidade de existência do MERCOSUL, um grande mercado para os seus produtos, e que está abalado pelo protecionismo argentino.

Assim, o retorno do crescimento econômico argentino, a solução de seus problemas de restrição cambial no balanço de pagamentos e a correta condução da sua política econômica, tende a acabar com as barreiras comerciais impostas e a voltarem os princípios básicos de liberdade comercial que devem existir em um bloco comercial.

Por fim, cabe salientar que se houver disputa comercial do Brasil com países que oferecem menores preços, mesmo com o fim das barreiras comerciais argentinas, o superávit comercial brasileiro com o parceiro do MERCOSUL será difícil alcance.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINI, Renata. **Projetos de potássio avançam no país**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1245970-projetos-de-potassio-no-pais-nao-avancam.shtml>>. Acesso em: março de 2013
- BALBÉ, Fabiane F.; MACHADO, Taize A. **O MERCOSUL como experiência de integração econômica: avaliações e perspectivas**. . 11 f. In: Encontro de Economia Catarinense, II., Chapecó, 2008.

CARVALHO, D. B.; LIMA, J. P. R. Evolução do comércio bilateral entre o nordeste do Brasil e Argentina entre 2000 e 2008. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 15., 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2010.

COMÉRCIO com a Argentina acumula déficit de R\$ 82 mi no ano. Disponível em: <<http://www.comexblog.com.br/ clipping-comex/ comercio-com-a-argentina-acumula-deficit-de-r-82-mi-no-ano>>. Acesso em: maio 2013.

FREITAS, Tatiana. **Argentina “estrangula” e afasta empresas brasileiras**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ mercado/1243386-argentina-estrangula-e-afasta-empresas-brasileiras.shtml>>. Acesso em: março de 2013.

FRIAS, Maria C. **Governo precisa fortalecer setor de autopeças, diz Abeiva**. São Paulo: Folha de São Paulo. 03/03/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ colunas/ mercadoaberto/1239654-governo-precisa-fortalecer-setor-de-autopecas-diz-abeiva.shtml>>. Acesso em: mai. 2013.

MDIC. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Intercâmbio Comercial Brasileiro**. Disponível em: < <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/index.php?area=5>>. Acesso em: ago. 2013.

MORAIS, Adriano G. **Criação e desvio de comércio no MERCOSUL e no NAFTA**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2005.

NONNENBERG, Marcelo J. B.; MENDONÇA, Mário J. C. **Criação e desvio de comércio no MERCOSUL: o caso dos produtos agrícolas**. Rio de Janeiro, 1999. Texto para discussão n. 631 – IPEA.

NOVAS restrições intensificam crise cambial na Argentina. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/1250577-novas-restricoes-intensificam-crise-cambial-na-argentina.shtml>>. Acesso em: mar. 2013.

PIMENTEL, Fernando. **Tendência/debates: o que a balança comercial revela**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ opiniao/1214355-tendenciasdebates-o-que-a-balanca-comercial-revela.shtml>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

SASTRE, Angelo. **Exportações de calçados em Franca (SP) caem 36,8% em cinco anos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/1208718-exportacoes-de-calcados-em-franca-sp-caem-368-em-cinco-anos.shtml>>. Acesso: mar. 2013.

VINER, J. **The customs union issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace, 1950.

ZAFALON, Mauro. **Menos carne entre Brasil e Argentina**. São Paulo: Folha de São Paulo. ed. 01/05/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vaivem/1271410-menos-carne-entre-brasil-e-argentina.shtml>. Acesso em: mai. 2013.